

**Educação e comunicação: convergência necessária nos movimentos sociais**  
**Education and communication: convergence necessary in the social movements**

*Flávia Pereira Dias Menezes<sup>1</sup>*

1

**Resumo**

Este trabalho pretende abordar a importância da comunicação como ferramenta estratégica para os movimentos sociais e sua contribuição na ampliação do caráter educativo em torno do exercício da cidadania. Mais do que abordar aspectos pontuais e particulares, a investigação teórico-conceitual sobre a comunicação popular e a educação, no contexto dos movimentos sociais, trata-se de um exercício de reflexão, proposição de sentidos e busca de estratégias que visem à dialogia. Parte-se do pressuposto que a busca permanente por questões relevantes e a presença da educomunicação em um ambiente de ação coletiva refinam a capacidade de contar histórias, reforçar conceitos e trazer informações ou conhecimentos que estejam em sintonia com a realidade dos públicos envolvidos.

**Palavras-chave:** comunicação popular; educomunicação; movimentos sociais; educação.

**Abstract**

This paper aims to address the importance of communication as a strategic tool for social movements and their contribution to the expansion of educational nature surrounding the exercise of citizenship. Rather than address specific and particular aspects, the theoretical and conceptual research on popular communication and education in the context of social movements, it is an exercise of reflection, senses proposition and search strategies aimed at dialogy. It starts from the assumption that the constant search for relevant issues and the presence of educational communication in a class action environment refine the ability to tell stories, reinforce concepts and bring

---

<sup>1</sup> Jornalista do Instituto Federal de Minas Gerais IFMG Campus Governador Valadares, mestre em Extensão rural pela Universidade Federal de Viçosa, MG. E-mail: [flavia.dias@ifmg.edu.br](mailto:flavia.dias@ifmg.edu.br).

information or knowledge that are in tune with the reality of the public involved.

Keywords: popular communication; educational communication; social movements; education.

## **1. Introdução**

Partindo-se do pressuposto que uma das principais funções da educação é a formação da consciência crítica do indivíduo e ensinar é criar possibilidades para a sua própria reprodução ou construção (Freire, 2003), faz-se necessário investigar a educação numa perspectiva comunicativa. Apesar de operarem segundo lógicas distintas, a comunicação e a educação são sistemas que possuem laços de dependência e é nesse aspecto que surge um terceiro campo em construção, ou seja, uma interdisciplinar denominada “educomunicação”. Nos estudos acadêmicos destinados ao tema, as inter-relações entre a comunicação e educação, geralmente, são tratadas no âmbito da educação formal, mas nesse artigo a educomunicação será trabalhada em processos de educação informal no contexto dos movimentos sociais.

Estudar o campo que integra a educação e a comunicação significa compor um novo espaço teórico capaz de fundamentar práticas de formação de sujeitos conscientes. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é destacar a importância da comunicação popular como ferramenta estratégica para os movimentos sociais e sua contribuição na ampliação do caráter educativo em torno do exercício da cidadania. Mais do que abordar aspectos pontuais e particulares, a investigação sobre a comunicação popular e a educação no contexto dos movimentos sociais trata-se de um exercício de reflexão, proposição de sentidos e busca de estratégias que visem à dialogia. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem histórico-dialética.

## **2. A inter-relação: Comunicação e Educação**

O campo comunicacional comporta um conjunto de disciplinas composto por cinco segmentos de atividade intelectual (Marques de Melo, 2003), a saber: Artes, que diz respeito às linguagens e estilos, formatos e tendências (estética, artes plásticas e literatura); Tecnologias, suportes que permitem a difusão das mensagens; Ciências

Sociais, análises sistemáticas sobre os fatores que determinam os atos comunicacionais e seus reflexos no organismo social; Conhecimento Midiológico, os saberes acumulados no interior das corporações profissionais e das agências produtoras de bens simbólicos; e Humanidades, que são reflexões e especulações sobre sua natureza e impactos sociais (da Filosofia da Comunicação à Pedagogia e à História da Comunicação) . “As interações mais evidentes entre Comunicação e Educação são propostas a partir das intencionalidades educativas – no esforço de aperfeiçoar os processos comunicativos necessários à obtenção de aprendizagem” (Braga e Calazans, 2001, p.57).

3

A palavra comunicação vem do latim *communis*, comum; e *communicare*, tornar comum, compartilhar. Logo, algo para ser comum necessita, ao menos, do outro para o confronto verificador de igualdade. Daí a conclusão de que a comunicação é uma questão eminentemente social e interpessoal e só ocorre quando se compartilha algo com alguém. É, portanto, coletiva a partir de sua essência. A identidade, a comunhão, o compartilhamento que se originam da palavra *communis* é a continuação lógica do processo de comunicação.

Diante dessa conceituação, podemos citar Paulo Freire (1983) que sustenta a premissa de que a comunicação é indispensável para a transformação social. O autor, preocupado com o sentido da relação entre extensionistas e agricultores nos anos 60, do século XX, propõe um processo dialógico para evitar o que denomina “invasão cultural.” O autor adota as relações humanas, em detrimento da relação mecânica e reificada.

Informação, por sua vez, origina-se do latim, *in formatio*, dar forma, enformar, organizar. Temos assim, a comunicação como o estabelecimento de uma sintonia, a criação de um conduto de igualdades e a informação, o conteúdo que corre dentro deste processo. O termo informação diz respeito ao conteúdo do processo comunicacional, ao passo que o termo comunicação expressa relação entre consciências e pessoas. Assim, não há comunicação sem informação e do mesmo modo que não há informação senão em vista da possibilidade dela se tornar comunicação.

Entre as instituições produtoras de bens simbólicos e que assumem um papel importante na acumulação de meios de informação e comunicação, ao longo da história, segundo Thompson (1998), estão as religiosas, as educacionais e a mídia. A mídia utiliza diferentes recursos técnicos para fixar e transmitir seus conteúdos simbólicos aos receptores através de habilidades, competências e formas próprias de conhecimento que

são utilizadas na produção, transmissão e recepção de informação e conteúdo simbólico. E tem no sistema educacional uma das instituições culturais estruturantes do e estruturadas no poder. Para Thompson (1998), o poder cultural ou simbólico é a capacidade que os indivíduos/instituições envolvidos na produção e transmissão de formas simbólicas têm para intervir no curso dos acontecimentos, influenciarem as ações dos outros e produzir eventos.

Algumas interações mais evidentes entre comunicação e educação na busca do aprendizado são: usos dos meios tecnológicos no ensino presencial e à distância; educação para os meios tecnológicos; leitura crítica da mídia; saberes escolares e saberes da experiência cotidiana e midiática; e sistemas de representação dos processos escolares na mídia e desta na escola. (Marques de Melo e Tosta, 2008).



A interação da comunicação e educação na busca do aprendizado

Freire (2005) ressalta a importância do fazer para aprender e a necessidade de ampliar as ferramentas de comunicação e suas múltiplas linguagens, numa perspectiva educativa, criando jornais, revistas, programas de rádio, TV ou Internet. O ensinamento com recursos, suportes e linguagens da comunicação eletrônica possibilita o aprendizado de forma criativa e estimulante.

Percebe-se, portanto, como as instituições produtoras de bens simbólicos trabalham em sintonia e a importância de abordá-las no contexto das ações coletivas. Os grupos envolvidos trabalham na mobilização e sensibilização, unidos pela força do princípio da solidariedade que é construída a partir de uma base cultural referencial de

valores compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Eles se apresentam com valores, interesses e ideais em comum. É propícia, nesse momento, a abordagem da educomunicação relacionada aos movimentos sociais.

### 3. A Educomunicação nos Movimentos Sociais

O papel da comunicação, num espectro educativo, tem o objetivo de problematizar a opinião pública a respeito das informações científicas e tecnológicas, culturais, esportivas, nacionais, locais; tendo a perspectiva de que todos têm algo a aprender e a ensinar. A busca permanente de questões relevantes e a presença da comunicação em um ambiente de ação coletiva refinam a capacidade de contar histórias, de reforçar conceitos e de trazer informações ou conhecimentos que estejam em sintonia com a realidade de vida dos públicos envolvidos. Nesse sentido, as perspectivas epistemológicas que animam este artigo apontam para a importância da comunicação mediada dentro dos processos sociais.

Movimentos sociais, para GOHN (2007), são ações coletivas de caráter sócio-político, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas segundo uma identidade de interesses comuns. Os movimentos formam um campo político de força social na sociedade civil, através da politização de suas demandas.

Em um breve histórico sobre educomunicação no Brasil, percebe-se a presença e a importância dos movimentos sociais na interação da comunicação e da educação. A primeira experiência de “educomídia” ou “educomunicação” no Brasil, particularmente do rádio, foi em 1923, com Roquette-Pinto, na fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que hoje é a Rádio MEC, que tinha a finalidade de educar o povo e popularizar a cultura; e em 1927, ele lança o livro *Seixos Rolados*, no qual inclui textos contendo suas ideias “educacionais”. Outras experiências de educomunicação são registradas ao longo da história por meio do cinema, televisão, jornais impressos e até mesmo do rádio que consolidam a utilização dos meios de comunicação no ambiente escolar. Fundamentadas na pedagogia de Paulo Freire e articuladas aos movimentos populares, no período de 1945 a 1964 foram realizadas, também, algumas experiências que envolviam a Comunicação e a Educação: Centros Populares de Cultura (CPCs), os Movimentos de Cultura Popular (MCPs) e o Movimento de Educação de Base (MEB).

A comunicação e a educação, dessa forma, permitem a formação da opinião no interior dos movimentos, incentivando, assim, uma interlocução mais efetiva entre os diversos grupos sociais.

A produção de produtos comunicacionais, numa perspectiva de oferta da informação, dentro de um viés que abarque o interesse público e que pontue aos receptores as dimensões sócio-políticas, econômicas e culturais, transita por conceitos contra hegemônicos de comunicação tais como alternativa, popular e comunitária. Contra hegemônico no sentido de trabalhar com pressupostos ideológicos e visões de mundo que contemplem o discurso social de uma maneira mais ampla, abrangendo os múltiplos interesses sociais, inclusive e principalmente os das classes que se encontram em situação de “dominação” cultural, política e econômica, conforme sugere Moraes (1997). Mesmo porque,

o antagonismo entre comunicação popular e de massa marcou e tem marcado profundamente grande parte das práticas comunicacionais e mesmo as interpretações teóricas acerca do tema. Tal postura, é claro, está ligada à própria conjuntura em que nascem e se desenvolvem os meios de comunicação popular na América Latina e no Brasil enquanto alternativa a uma comunicação de massa estreitamente comprometida com os interesses dos grupos dominantes e utilizada por esses grupos como instrumento de manutenção da ordem vigente. (GOMES, 1990, p.43)

Os meios de comunicação exercem, também, um papel indiscutível na formação de opinião, incentivando uma interlocução mais efetiva entre os grupos sociais. Para Gohn (2000, p.23), “ter acesso aos meios de comunicação parece ser um ponto central nas agendas das estratégias políticas dos movimentos”. Se considerarmos, como propõe Castells (*Apud* Gohn, 2000, p. 25), que “a mídia é expressão de nossa cultura e nossa cultura tende a trabalhar, primariamente, através do material advindo da mídia”, a existência de meios de comunicação que pertençam às ações coletivas, pode, em certa medida, traçar um "novo caminho", no sentido de, senão alterar, ao menos pluralizar o contexto cultural.





Os movimentos sociais estão presentes nos noticiários da mídia

Esta possibilidade é coerente com a proposição de Kandermans, citado pela autora, de que os movimentos sociais podem, efetivamente, influenciar o discurso da mídia. Nesse aspecto, considerando-se que um movimento social, mobilizado para a conquista de direitos tocantes à sua cidadania e dotada de um meio de comunicação, a partir do qual possa fazer "repercutir" suas demandas sociais, poderá colocar em pauta, de forma mais ampla, questões que, não obstante, estão direta e imediatamente relacionadas com a sua "realidade". Realidade esta que diz respeito às necessidades de outras comunidades que também careçam dos direitos requeridos, haja vista que o protesto social é construído socialmente.

Os projetos de desenvolvimento representam uma oportunidade de criar cidadãos competentes e mobilizados para o bem-estar comum coletivo. Cada movimento busca condições mínimas para que se inicie um processo de resgate de cidadania. Para Marcos Kisil (*Apud IOSCHPE (org.), 1997*), a participação efetiva da comunidade significa que as pessoas são capazes de controlar os acontecimentos e processos que dirigem suas vidas.

Segundo Melucci (*Apud Gohn, 2000*), toda ação coletiva desenvolvida pela sociedade moderna é direcionada por dois aspectos: a ação social e a cidadania. O primeiro representaria a luta, o conflito social e o segundo, a luta dos excluídos pela inclusão na esfera da cidadania. Nesse contexto, a adoção de uma prática comunicativa e educativa poderá amplificar, sem dúvida, a capacidade de mobilização dessas comunidades. É interessante ressaltar, nesse momento, o papel da comunicação popular que está vinculada ao processo educacional, por meio de um resgate histórico, no

fortalecimento da ideologia dos movimentos sociais.

#### **4. Comunicação popular e Movimentos Sociais**

Para Festa (1986), três fases distintas da vida política, econômica e social registram igualmente três processos diferentes de comunicação alternativa e popular no Brasil. A autora faz uma contextualização histórica da comunicação alternativa. A primeira fase, que corresponde ao período de 1968 a 1978 - entre o AI-5 e a abertura política - caracteriza-se por uma comunicação de resistência, denúncia e acumulação de forças por parte das oposições. A segunda fase, de 78 a 82, período de explosão social, abrandamento das restrições políticas, caracteriza-se por projetos políticos mais definidos e pela existência de uma comunicação popular, multiplicadora de meios nas bases e pelo quase desaparecimento da comunicação alternativa. Já o terceiro período, de 82 a 83, caracteriza-se por uma atomização do processo de comunicação popular e alternativa na mesma medida que reflete a incapacidade das forças de oposição para articularem uma alternativa política à crise atual (tanto econômica quanto social) vivida pela sociedade brasileira.

Percebe-se que comunicação reflete a sociedade e por isso, se faz importante entender o contexto histórico onde se dá o processo comunicacional. No início da década de 70, muito se dizia e pouco se comunicava por todo o Brasil. Logo, "a verdadeira tarefa de comunicar e relacionar os acontecimentos ocorridos nos círculos de poder, no interior da sociedade civil e entre os movimentos populares coube, efetivamente, à imprensa alternativa e popular, apesar de todas as suas limitações". (Festa, 1986, p.16).

O termo imprensa alternativa, segundo Festa (1986), é bastante identificado com um tipo de jornal tabloide ou revista, de oposição, dos anos 70. Eram publicações de caráter cultural, político e expressavam interesses da média burguesia. Os grupos de oposição ou frentes políticas emitiam uma condenação ao regime político vigente.

A comunicação popular é decorrente de processos anteriores a esse período. Entre os anos 60/64, o Brasil vivia uma experiência de cultura popular como o Movimento de Educação de Base e o Método Paulo Freire. Este método tem como fio condutor a alfabetização visando à libertação, através de um método de aprendizado pautado pela escolha, objetivando transformar o estudante em um agente político, que



pensa e age. Essa libertação não se dá somente no campo cognitivo, mas acontece essencialmente nos campos sociais e políticos. Percebe-se, nesse momento, a ligação da comunicação e educação num espectro dos movimentos.

A comunicação popular está vinculada ao processo educacional. “A comunicação popular nasce efetivamente a partir dos movimentos sociais, mas, sobretudo, da emergência do movimento operário e sindical, tanto na cidade como no campo” (Festa, 1986, p.25). Segundo a autora, “a comunicação popular e alternativa aparecem, desenvolvem e refluem na mesma medida da capacidade de os movimentos sociais articularem o seu projeto alternativo na sociedade”. (Festa, 1986, p.30)

Para Beltrán

Há plena participação na comunicação quando ambos interlocutores têm a mesma oportunidade de gerar suas próprias mensagens (...). Um sistema de comunicação pode ser considerado participativo se prevê mecanismos e canais que permitam aos grupos de base determinar com independência os conteúdos temáticos do programa e emitir (...) mensagens autônomas, surgidas deles mesmos e não escolhidas pelos promotores (...); se torna possível que os setores populares falem daquilo que eles próprios querem falar. (1981, p. 34)

O autor ressalta quatro dimensões dessa participação: educacional, comunicacional, social e política que têm uma clara direção convergente: a democratização. “Esta nova concepção da comunicação educativa, participatória e associada à organização popular propõem-se contribuir para democratizar, ao mesmo tempo, a educação, a comunicação e o conjunto das relações sociais.” (Beltrán, 1981, p. 34).

Segundo Peruzzo (1995), apesar de não ser um fenômeno recente, a comunicação popular apareceu de forma mais significativa nos anos 70 e 80. Ela está vinculada à prática do movimento coletivo e diz respeito a uma comunicação emergente, do povo ou que tem relação com o povo. Ela aparece, sobretudo, nos pequenos jornais, boletins, rádio popular, teatro, folheto, vídeos, áudio-visuais, cartazes e cartilhas. Segundo Peruzzo, conceitualmente também é nomeada como comunicação alternativa, horizontal, comunitária, dialógica, participatória, etc. Mas, de acordo com a

autora, há uma distinção entre comunicação popular e alternativa.

Entende-se por imprensa alternativa não o jornalismo popular, de circulação restrita, mas os jornais e revistas que se tornaram uma opção de leitura crítica em relação à grande imprensa, editorialmente encaixada nas regras da censura imposta pelo regime militar, mas confortavelmente assentada nas condições de monopólio informativo. (PERUZZO, 1995, p. 32).

10

Um ponto que permeia a conceituação da comunicação popular é a questão da igualdade entre emissor e receptor. Embora, se afirme que aquela surgiu para "dar voz aos que não a têm", na prática a questão dessa igualdade entre emissão e recepção não acontece na maioria das vezes dessa forma.

No Brasil, a prática participativa ampliada da população na comunicação tem sido muito restrita. É muito comum meios populares de comunicação serem produzidos por uns poucos, de acordo com as interpelações que fazem das necessidades de informações e de outras mensagens, dos receptores, bem como ser a participação popular facilitada apenas no nível da transmissão de mensagens (entrevista, aviso, sugestão, depoimento, etc) e não nos processos de produção e gestão da Comunicação Popular. (PERUZZO, 1995, p. 38 e 39).

Assim, de acordo com Peruzzo (1995), a participação não é necessariamente uma das características de todas as experiências de comunicação popular, apesar de, em geral, ser a aspiração desta. Mas apesar dessas questões, segundo a autora, houve aumento de seu campo de atuação nas últimas décadas pelo fato dos grandes meios não conseguirem suprir todas as necessidades da comunicação em nível local e específico tanto das comunidades como dos movimentos sociais organizados.



O Movimento dos Trabalhos Rurais Sem Terra fortalece os espaços de trocas culturais e educação

Como adverte Marcondes Filho, a comunicação deve empenhar-se

em organizar movimentos sociais e unificar esforços individuais em defesa de interesses comuns, normalmente menosprezados na sociedade, mas que representam grandes massas urbanas. É a forma de o indivíduo poder afirmar-se e fazer valer sua posição sem ser deglutido pelas máquinas de informação oficiais, públicas ou privadas, que tudo fazem, menos solucionar os problemas e as necessidades da população. (MARCONDES FILHO, 1987, p. 162),

### Considerações finais

É fatos que os homens são, simultânea e inescapavelmente, seres individuais e sociais, são membros ativos e livres, influenciam e são influenciados pela ação dos demais e dependem uns dos outros.

Acredita-se que por meio de produtos comunicacionais voltados para uma perspectiva educacional, é possível não só informar os integrantes dos movimentos sociais, mas também, e, principalmente, permitir-lhes a reflexão sobre a própria estrutura da ação coletiva, sua força política e o fortalecimento dos seus direitos políticos e sociais. Mesmo porque, suas características fundamentais são planejar e

fornecer subsídios para o processo dialogal, bidirecional e participativo. A comunicação nos movimentos permite aos seus integrantes conhecerem os seus próprios problemas e lutar por uma justiça social, sem, no entanto, assumir um discurso panfletário.

A comunicação, nesse sentido, figura como uma atividade política e seus profissionais como agentes sociais que têm a função de "provocar a participação, promovendo a educação e o exercício da cidadania", privilegiando "o papel do sujeito humano na dinâmica social" (Paiva, 1998).

Mesmo porque, a capacidade de articulação política não é atributo de alguns poucos grupos privilegiados. Qualquer comunidade pode organizar-se de modo a ter atuação política utilizando-se de um jornal "onde sua voz ganhe mais eco, suas reivindicações cheguem muito mais além do que seu - em geral pequeno - território" (Marcondes Filho, 1987, p. 161-162). Assim, "essas comunidades podem romper com o gueto a que estão submetidas pelos critérios de marginalização predominantes na sociedade" (Marcondes Filho, 1987, p.162).

Os meios de comunicação têm responsabilidade em relação à sociedade e cada sistema tem compromisso em relação ao grupo de pessoas que dele depende para a obtenção de informações. Assim, é função da comunicação refletir o estado de uma nação para todo e qualquer segmento, mesmo que para isso o jornal precise trabalhar com grupos e comunidades específicas.

A equalização do processo comunicacional é condição necessária para permitir ao receptor a possibilidade concreta de investir sentido e significado à informação, transferindo-a do "mero relato jornalístico" para o seu "mundo da vida", e assim favorecer sua "atuação social" enquanto sujeito de direitos e deveres. Ao invés de investir na produção, reprodução e práticas discursivas que só fazem reafirmar o que já existe, é possível, por meio da comunicação popular e educação, dialogar e utilizar de forma plena as questões subjetivas e ideológicas dos movimentos sociais.

### **Referências Bibliográficas**

BELTRÁN, Luiz Ramiro. *Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. Comunicação e Sociedade*. São Bernardo do Campo: IMS, 1981.

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina. *Comunicação e educação*. São Paulo: Hacker, 2001.

FESTA, Regina. *Comunicação popular e alternativa. A realidade e as utopias*. São Bernardo do Campo: IMS, 1984.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa*. 27 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOHN, Maria da Glória. *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GOMES, Pedro Gilberto. *O jornalismo alternativo no projeto popular*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990.

IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). *3º Setor - Desenvolvimento Social Sustentado*. Paz e Terra: São Paulo, 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Quem manipula quem?*. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARQUES DE MELO. *História Social da Imprensa*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

MARQUES DE MELO, José e TOSTA, Sandra Pereira. *Mídia e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MORAES, Denis de. “Notas sobre imaginário social e hegemonia cultural”. *Revista Contracampo*, nº 1, jul-dez. 1997.

PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. *Comunicação e culturas populares*. São Paulo: Intercom, 1995.

THOMPSON. J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 7. ed. Petrópolis, Vozes, 1998

### Fonte das imagens

1. <http://vivendocomciencia.blogspot.com.br/2013/02/educacao-e-comunicacao-imprensa.html>
2. <http://www.cefuria.org.br/>
3. <http://www.mst.org.br/educacao-cultura-e-comunicacao/>